

Ministério da Cultura
Fundação Biblioteca Nacional
Núcleo de Pesquisa

Ensaio Final do Plano Individual de Trabalho de Pesquisa Integrada ao Projeto *O Violão no Brasil: das Estórias às Histórias*

A penetração do arcabouço ideológico europeu no Brasil do século XIX: pensamento liberal burguês, teorias racistas e evolucionistas e o projeto republicano baseado na eugenia

Pedro Emiliano Kilson Ferreira

Rio de Janeiro
Dezembro de 2016

RESUMO

Delinear-se-á, neste ensaio abrangente, um arcabouço multifacetado, de caráter político-jurídico, institucional e socioeconômico, acerca das dinâmicas de circulação de ideias que se desenrolaram e foram capazes de consolidar os alicerces teóricos para a viabilização da atuação política da aristocracia e da *Intelligentsia* brasileiras no século XIX, fortemente ancorados no pensamento europeu e etnocêntrico. Tornou-se imperativa a necessidade de consolidação do ideal Republicano, embasado fundamentalmente no conflito ideológico entre diversas correntes de pensamento político de caráter eurocêntrico. Nesse sentido, vislumbrou-se um cenário político altamente efervescente em decorrência da importação acrítica dos preceitos liberais, modernizantes, evolucionistas, racistas e ditos civilizatórios e científicos, já bastante desacreditados em contexto europeu, no seio do pensar das elites brasileiras, utilizando-se como ferramenta de propagação a imprensa, bem como instituições de ensino vinculadas à Medicina Legal e ao Direito. Houve particularmente a necessidade, por parte das elites brasileiras, de adaptação do pensar europeu, alicerçado nos fundamentos eurocêntricos da eugenia, à realidade nacional, especialmente para efeito de consolidação do ideal republicano positivista e a inserção do Brasil na chamada “esteira da civilização”.

Palavras-chave: Liberalismo; Racismo; Positivismo; Eugenia; República.

ABSTRACT

A multifaceted framework, of political-legal, institutional and socioeconomic character will be outlined in this widespread essay, concerning the dynamics within the circulation of ideas which crystallised and were capable of consolidating the theoretical foundations towards the viabilisation of the political activity of groups such as the Brazilian aristocracy and Intelligentsia in the XIXth century, strongly anchored in European and ethnocentric thinking. The necessity of consolidating the Republican ideal has become imperative, fundamentally based upon the ideological conflict between several currents of Eurocentric political thought. In this sense, a highly effervescent political scene has been observed, due to the uncritical importation of liberal, modernising, evolutionist, racist and the so-called civilising and scientific precepts, long discredit in the European context, within the thinking of Brazilian elites, utilising as a propagation tool the Press and the educational institutions associated to the Forensic Medicine and Law. There has been particularly the necessity, by the Brazilian elites, of adaptation of the European thinking, based on the Eurocentric foundations of Eugenics, to the national reality, especially for the purpose of consolidating the Positivist-oriented Republican Ideal and the insertion of Brazil in the so-called “wake of Civilization”.

Key-words: Liberalism; Realism; Positivism; Eugenics; Republic

Rio de Janeiro,

Dezembro de 2016

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1	
Simbiose entre o Pensamento Liberal Burguês e as Elites Brasileiras: a Disseminação do Arcabouço Teórico Europeu na América Latina	
1.1	América Latina Enquanto Late-Comer da Era Liberal: Os Proscênios Sociopolíticos e Culturais do Pensamento Brasileiro no Século XIX 2
1.2	A consolidação do Ideal Positivista: Algumas Palavras Acerca do Pensar de Augusto Comte 5
1.3	A Institucionalização do Positivismo Europeu: o Pensamento de Augusto Comte e Benjamin Constant nas Dinâmicas Sociopolíticas na Periferia do Capitalismo 8
1.4	A Consolidação do Ideal Republicano: Modelos de República em Disputa 11
1.5	Engrenagens Doutrinárias Positivistas e o Sistema do Capital 15
CAPÍTULO 2	
Desdobramentos Políticos e as Constantes Transformações no Pensamento Político Luso-Brasileiro: nas Entrelinhas d'O Correio Braziliense, Gazeta do Rio de Janeiro e Idade D'Ouro 16	
CAPÍTULO 3	
Os Alicerces Teóricos da Jovem República: O Espetáculo das Raças	
3.1	Entre os "Homens de <i>Scientia</i> " 17
3.2	Uma Doença Chamada Mestiçagem e Um Paciente Chamado Brasil 20
3.3	Um Grande Laboratório Humano: a Doença Como Espetáculo 22
3.4	Higiene Pública ou uma Sociedade Enferma 23
CONSIDERAÇÕES FINAIS 25	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 26	

Introdução

A efervescência ideológica que se desenrolara ao longo do século XIX nos círculos intelectuais brasileiros fora alicerçada numa consonância acrítica direcionada ao arcabouço teórico, jurídico-político e socioeconômico desenvolvido no seio da intelectualidade europeia, fortemente ancorada em preceitos racistas, evolucionistas, civilizatórios e etnocêntricos. Nesse sentido, vislumbrou-se a adoção irrestrita, pela *Intelligentsia* brasileira, das correntes ideológicas do Velho Continente que pretenderam fundamentar-se no rigor científico para efeito de legitimidade.

O caráter fortemente determinista do século XIX consolida-se em decorrência da materialização de correntes ideológicas fundamentadas em princípios etnocêntricos, que sobremaneira questionam o arcabouço teórico do pensamento Iluminista, desenvolvido no século XVIII, respaldado na lógica de unicidade do caráter humano, ademais de depreciar os desdobramentos ideológicos consolidados com o êxito da Revolução Francesa e orquestrados em torno da noção de *igualdade política*. Corrobora-se o pretense científico no ideário do século XIX por meio da análise da emergência do positivismo de August Comte, ideologicamente norteado pela necessidade de materialização de uma nova ordem fundamentada no progresso científico e na consolidação do capital industrial como regente da ordem econômica capitalista. Assume-se um caráter essencialmente contrarrevolucionário, no sentido que desqualificava o conflito sociopolítico das sociedades burguesas, em detrimento da ruptura de ordens políticas pré-estabelecidas, uma vez que a lógica positivista orienta-se para a manutenção do *status quo* político, a dizer, condena qualquer natureza de insurreição popular que, segundo seus idealizadores, possa arrefecer o progresso científico e tecnológico tão caro aos entusiastas de projetos de essência positivista e reformista. Ademais, tal ideário servia aos intentos reacionários das elites europeias, na medida em que legitimava, por meio da ciência, da educação e de valores como “integração” e “ordem”, o silêncio do proletariado - cuja desordem seria capaz de corromper o progresso - perante as mazelas do sistema capitalista.

A pujança ideológica do século XIX reafirma-se também, para além do positivismo, por meio da consolidação dos preceitos deterministas das teorias racistas que se desdobraram e procuraram se legitimar por meio da adoção de preceitos das ciências exatas e naturais, notadamente o evolucionismo de origem darwinista. Nesse sentido, implementou-se, por meio do estabelecimento da *antropologia cultural*, da *eugenia* e da *antropometria*, normativas evolucionistas de avaliação social, por meio das quais alçou-se a etnia branca europeia ao degrau mais elevado da esteira do progresso e das civilizações. Ergueu-se uma visão extremamente negativa do não-europeu e mestiço, especialmente do homem americano, marcado pela fraqueza física, mental e moral, muito em decorrência de uma miscigenação perniciosa que contribuía para a chamada “degenerescência” da raça. Não obstante, as elites brasileiras voltam-se acriticamente

aos preceitos europeus, tendo no início do século XIX adotado o arcabouço ideológico liberal, disseminado por meio dos principais periódicos do período, sob o cenário de necessidade de articular o Brasil com o pensamento modernizante, mesmo que revelasse uma poderosa contradição entre o ideário circulante na classe hegemônica e o sistema de produção altamente excludente numa sociedade escravagista e agroexportadora.

Posteriormente, o estabelecimento da República legitimou a pretensão civilizatória e progressista da restrita intelectualidade brasileira, ao corroborar para a disseminação de um complexo ideológico altamente etnocêntrico e racista, ademais de não a isentar de materializar uma nova contradição contraproducente: como conciliar uma forte aspiração à concordância com as ideologias europeias, de maneira que iniciasse a jovem república no cenário do progresso científico e civilizatório, com a impossibilidade de simplesmente camuflar o caráter profundamente miscigenado da população brasileira, tido como sinal de degradação social e inferioridade na escala evolutiva dos povos? Como orquestrar um projeto republicano positivista pautado no progresso social e científico adotando teorias que condenam, desde o princípio, nações altamente miscigenadas ao fracasso? Este trabalho procura esboçar respostas a tais questionamentos, por meio de um sobrevoo analítico pelas dinâmicas sociopolíticas do século XIX.

Capítulo 1

Simbiose entre o Pensamento Liberal Burguês e as Elites Brasileiras: a Disseminação do Arcabouço Teórico Europeu na América Latina

1.1 – América Latina Enquanto *Late-Comer* da Era Liberal: Os Proscênios Sociopolíticos e Culturais do Pensamento Brasileiro no Século XIX

O cenário político europeu do século XIX configurou palco viabilizador da emergência e da consolidação de um arcabouço ideológico primordialmente orientado para preceitos cientificistas, que sobremaneira intentavam afastar-se de paradigmas humanistas e românticos, estreitando vínculos sólidos com ditames de ordem racional e pretensamente pragmática. Nesse sentido, delinearam-se os alicerces teóricos para a materialização sociopolítica de uma narrativa e crença que gravitavam em torno da supremacia europeia no que concerne ao desempenho de sua *Intelligentsia* em escopo científico, num cenário claramente eurocêntrico. Estabeleceu-se, sob tal lógica, uma simbiose política entre o pensamento liberal português e o pensar das elites brasileiras, num cenário de intensa necessidade de aproximação aos ditames socioculturais europeus, para fim de legitimidade social da aristocracia brasileira, perante a busca pela consolidação do país na esteira da civilização.

Nesse sentido, fazia-se primordial a adoção acrítica dos preceitos liberais, já bastante desgastados e questionáveis no Velho Continente, pela aristocracia brasileira, que vislumbrava uma oportunidade para que se atingisse determinada equidade sociocultural do Brasil ao arcabouço ideológico europeu. Sob tal lógica, estabeleceram-se, no Brasil dos oitocentos, prosclênios políticos cuja efervescência ideológica passara a gravitar em torno de uma pretensamente necessária importação incondicional do arcabouço jurídico-institucional europeu, alicerçado fundamentalmente sobre critérios eurocêntricos, positivistas, evolucionistas e cientificistas. Por conseguinte, assume-se que a materialização de processos de caráter política e ideologicamente transitório no Brasil, a dizer, o contexto de transição do Brasil Imperial ao Brasil Republicano, insere-se num palco primordialmente soerguido sob bases compostas por profundas discussões políticas e embates identitários. A ebulição erudita, que se estabeleceu no continente europeu na Modernidade, jorrou-se para o continente latinoamericano peremptoriamente, acompanhando os desdobramentos políticos do século XIX, por meio da viabilidade concedida pela aristocracia brasileira. Sob essa perspectiva, o liberalismo ganha centralidade nos espaços de discussão política e nos processos decisórios, remodelando a ambiência ideológica das elites nacionais, e materializa uma concepção política direcionada à crença de que a adoção do liberalismo configuraria o único caminho pelo qual uma sociedade civilizada e desenvolvida deveria necessariamente palmilhar.

Nesse aspecto, da enxurrada do amálgama ideológico eurocêntrico que se estabeleceu no Brasil Império, foram os ditames do liberalismo que imperaram no contexto da Independência, distanciando-se sobremaneira da realidade dos contextos de independência do restante da América Latina e, conseqüentemente, da implementação da República. Assim, o ideário em torno do pacto social, de caráter democrático, consagrou-se por meio da crença liberal, racionalista e individualista. Contrariamente ao continente latinoamericano, o fruto do influxo liberal europeu concretizou-se, na América Anglo-Saxônica, ainda no século XVIII. Nas Américas espanhola e portuguesa, o liberalismo materializara-se por meio dos processos de emancipação política, disseminados, sobretudo, no século XIX. Nesse sentido, assume-se que o arcabouço teórico-ideológico que se instrumentalizara enquanto engrenagem impulsionara para o levante popular, no caso da América Espanhola e, no caso da América Portuguesa, para a movimentação política direcionada à Independência, robusteceu-se por um liberalismo notadamente romântico. Romantizaram-se, portanto, os desdobramentos que a implementação dos ideários liberais poderia engendrar. De acordo com Nelson Nogueira Saldanha, no livro “História das Ideias Políticas no Brasil”, do Senado Federal:

Foi importado um liberalismo já entrado na fase das experiências e das reformulações, passada que estava a das instaurações e das anunciações, correspondente aos entrecosques revolucionários. É bem verdade que o contratualismo rousseauiano

seguia influenciando, e muito: nele radicavam pretensões e formulações; mas o liberalismo europeu estava metido com suas metamorfoses, não era mais o do tempo de Rousseau. (SALDANHA, História das Ideias Políticas no Brasil. Senado Federal, 2001).

O berço das fontes mais significativas de renovação intelectual permaneceu sendo francês. Simultaneamente à leitura de que, para a *Intelligentsia* europeia, a implementação do espírito liberal não se traduzia num recomeço, tampouco numa grandiosa ruptura política com o *Ancien Régime* (as revoluções burguesas não foram capazes de dismantelar a estrutura estatal, antes a mantiveram ou reestruturaram), a adoção acrítica e incondicional dos ideários em torno do liberalismo, para os latinoamericanos, desdobrou-se numa abnegação incontestada das dinâmicas sociopolíticas, econômicas e culturais do passado, redirecionando a *Intelligentsia* brasileira à empreitada de se consolidar a independência nacional ancorada em princípios liberais, tais princípios tidos como o germe para a materialização do Estado e da Nação, inteiramente dissipados do prólogo colonial. Assim, vislumbra-se que o liberalismo europeu já estava tingido de romantismo na Europa quando se imiscuía no pensar das elites brasileiras. O vicejar desse pensamento sustentava-se fundamentalmente na intensificação da sensação de capacidade de autocondução, por parte dos brasileiros, de sua própria nação.

Deve-se afirmar, categoricamente, que vasta parte da população brasileira sequer chegou a ter proximidade com os novos ideários importados do Velho Continente, que foram capazes de orquestrar a elite política em torno de importantes acontecimentos, como a Independência e a transição para a República. Consonante com a estrutura sociopolítica desigual do século XIX, a aristocracia brasileira fora a grande recebedora do pensar europeu, bem como articuladora da movimentação política em torno de eventos que remodelaram a conjuntura política nacional. Por meio de uma análise comparativa do século XIX entre Brasil e as demais colônias latinoamericanas, vislumbra-se a dissonância dos processos de independência e o atraso considerável de implantação da República Brasileira. A problemática social que perpassou a manutenção da Monarquia no pós-Independência permanecerá enquanto viabilizadora de demais antinomias que atravessarão todo o século XIX até o XX.

Enfim, o ideário liberal deveria forçosamente se implementar nas engrenagens políticas do país independente, mesmo que ainda monárquico, para posteriormente perpassar todo o século XIX, a fim de que se viabilizasse a inserção da jovem nação à “esteira do progresso e da civilização”, uma nação cada vez mais semelhante aos propósitos europeus. Assim:

Repare-se, por exemplo, no estilo de certos textos daquela ocasião, como este, de um papel distribuído a 15 de setembro de 1822: “Portugal nos insulta. A América nos convida. A Europa nos contempla. O Príncipe nos defende”. Aí tem-se um quarteto de

frases curtas, típico dos manifestos do tempo, exprimindo quatro notas decisivas (pensar-se-ia comparar com as quatro causas aristotélicas): o ressentimento contra Portugal, o apelo do modelo americano (cuja aceitação significaria “ingresso” na comunidade dos povos libertos), a presença da Europa – velho e grave peso histórico –, e a confiança em D. Pedro, nascido luso e feito nosso, como guardião das pretensões libertárias. De fato, para as nossas casacudas elites de então, fazer algo, politicamente, se media pelo possível conceito que a “contempladora” Europa fizesse de nós. (SALDANHA, História das Ideias Políticas no Brasil. Senado Federal, 2001).

1.2 – A consolidação do Ideal Positivista: Algumas Palavras Acerca do Pensar de Augusto Comte

Teceram-se, até o momento neste *paper*, algumas palavras acerca dos proscênios sociopolíticos e culturais que fervilharam o pensamento aristocrático brasileiro no decorrer do século XIX, século este palco de importantes transições, tais quais a Independência e o processo de consolidação da República. Nesse sentido, se a importação acrítica dos preceitos eurocêntricos liberais configurou suporte ideológico para a movimentação política, seja para a materialização do processo de Independência, seja para o robustecimento do projeto republicano, o ideário positivista, de origem também europeia, não desempenhou papel menos considerável no efervescer dos ideais da elite brasileira, sedenta por ingressar no que considerava “processo civilizatório”. Sob tal lógica, o pensar de Auguste Comte em torno de seu arcabouço ideológico positivista influenciou sobremaneira a *Intelligentsia* brasileira, notadamente figuras políticas consideráveis como Benjamin Constant, configurando alicerce teórico-ideológico e metodológico imprescindível para a análise dos proscênios que viabilizaram a consolidação do ideal republicano. Nesse sentido, primeiramente cabem algumas breves linhas acerca do pensamento de Auguste Comte, berço do qual nasceu a lógica positivista.

A filosofia comteana é complexa e compõe as estruturas teórico-ideológicas sob as quais se erguem os pilares positivistas. Ademais, deve-se compreender a contribuição de Auguste Comte para o processo de construção do conhecimento sociológico, do qual o pensador fora precursor. O pioneirismo do pensar de Comte esteve atrelado a uma lógica filosófica e evolutiva que, de certa maneira, configurou empecilho ao pleno estabelecimento da Sociologia enquanto disciplina científica. (DE SOUZA, A Ordem e a Síntese: Aspectos da Sociologia de Auguste Comte). Prioritariamente, estabeleceram-se normativas e diretrizes indispensáveis para a legitimidade científica que uma ciência deveria apresentar, bem como qualquer área do conhecimento que se pretenda verdadeiramente consistente e científico: o uso de definições precisas e sistemáticas. A normativa gravita em torno da concepção de que o conhecimento só adquire validade quando incorporado a um contexto geral no qual ele será provido por um novo sentido a partir da síntese da

qual pertencer. Portanto, assume-se que o objetivo do pensador é atingir uma espécie de totalização da ciência, uma fórmula única, capaz de engendrar compreensão.

Diversos analistas do pensamento de Comte realçam a inovação introduzida pelos positivistas em termos de análise estética, enfatizando a necessidade de se compreender a alma humana, acessível aos métodos empíricos de investigação. Nesse sentido, a observação empírica angaria centralidade no pensar comteano: “O objeto da sociologia são os fatos sociais observáveis, aqueles objetos que não podem ser observados, sistematicamente, dentro de um exercício metódico, não podem ser objeto da sociologia”. (Suassuna, 1999, p.12). A metodologia do pensador positivista abarca concepções como observação, experimentação e comparação, estrutura empírica viabilizadora de uma análise e previsão fidedignas da realidade social, sem a necessidade de penetração de caráter metafísico na problemática sociopolítica e econômica. Assim:

O reconhecimento, por parte da filosofia positivista, da existência de leis naturais invariáveis é, para Comte (1934, v.5, p.50), fruto de um trabalho laborioso, de uma aquisição lenta e gradual de conhecimento. Assim, o pressuposto defendido por ele, segundo Lefebvre (1974, p.30), é: “os fatos que concernem ao homem que vive em sociedade estão submetidos a leis que podem ser descobertas por meio da observação, assim como a lei da gravitação foi descoberta dessa forma”. Neste sentido, a evolução social é vista por Comte como estando sujeita a leis naturais que não podem ser modificadas pela natureza humana, cabendo à física social, pois, alertar para a inutilidade da resistência ao desenvolvimento que, afinal, é inevitável, podendo, ao mesmo tempo, mitigar ou acelerar artificialmente tal desenvolvimento (RANULF, 1993, v.1, p.28). E, fiel a tal perspectiva, ele recusa a noção de acaso: tudo está interligado, todo fenômeno pode ser estudado a partir de causas precisas que o motivaram”. (DE SOUZA, A Ordem e a Síntese: Aspectos da Sociologia de Auguste Comte).

A célula-máter do pensamento positivista comteano é o reconhecimento, por parte da nova filosofia, da existência de leis naturais invariáveis: “Os fatos que concernem ao homem que vive em sociedade estão submetidos a leis que podem ser descobertas por meio da observação, assim como a lei da gravitação foi descoberta dessa forma”. (DE SOUZA, A Ordem e a Síntese: Aspectos da Sociologia de Auguste Comte). O desdobramento social da implementação de tal ideologia permeia a lógica de que seria inútil qualquer política que inviabilizasse o progresso das civilizações e o desenvolvimento dos povos, uma vez que toda engrenagem social se encontra sujeita a leis naturais jamais modificáveis pela ação humana. Recusa-se, portanto, a noção do acaso: há uma forte interligação entre os diversos setores sociais. Nesse sentido, os fenômenos estariam sob o manto de um rígido determinismo, conferindo um caráter fatalista à filosofia comteana, não fosse a forte influência depositada nos efeitos redentores do conhecimento científico. Assim:

Foi ele o primeiro a ver claramente estar a civilização sujeita a uma marcha progressiva, na qual todos os passos são rigorosamente encadeados uns aos outros, segundo leis naturais, que a observação filosófica do passado pode descobrir, e determinam, para cada época, de maneira inteiramente positiva, os aperfeiçoamentos que o estado social deve experimentar, quer em suas partes, quer em seu conjunto. (DE SOUZA, A Ordem e a Síntese: Aspectos da Sociologia de Auguste Comte).

Há, em Comte, a consolidação de um todo orgânico político, necessariamente subordinado a uma lógica inorgânica, esta, por sua vez, estando da imutabilidade das leis naturais. Dessa forma, há o estabelecimento de uma relação profunda entre as condições de existência das sociedades humanas, as leis físicas, químicas e astronômicas. Implementa-se, portanto, o estudo racional da natureza e da sociedade, capaz de destrinchar toda a engrenagem científica que rege as relações interpessoais e políticas.

Tal método pressupõe, por fim, a sujeição de todos os fenômenos, de qualquer ordem, às leis invariáveis cuja descoberta deve situar-se no centro de todas as investigações filosóficas contemporâneas. E sua formulação viabilizaria a obtenção do objetivo básico proposto pelo autor, que é, em suas palavras, a subordinação racional da humanidade a uma mesma lei fundamental de desenvolvimento contínuo, lei esta que representa a evolução contemporânea. (DE SOUZA, A Ordem e a Síntese: Aspectos da Sociologia de Auguste Comte).

Reduz-se, portanto, o reconhecimento a um complexo de leis racionais e imutáveis, capaz de ordenar e determinar a dinâmica social. Busca-se, primordialmente, a consciência de um “sujeito universal”, em detrimento de uma individualidade. Interessante perceber a necessidade de se atribuir um caráter de neutralidade à dinâmica de análise das ciências sociais, jamais havendo juízo de valor. Há uma forte intenção de se instrumentalizar do passado enquanto ferramenta capaz de revelar os germes das possíveis mudanças futuras, em âmbito sociopolítico, econômico e cultural. Comte encara o desenvolvimento teórico relacionado às atividades práticas e às leis que as regem, tornando impossível um transbordamento teórico para além de uma superestrutura material que o condiciona. O aspecto linear inerente à História também ganha centralidade em âmbito positivista, uma vez que se importa um nexos evolutivo pelo qual todos os povos deveriam necessariamente passar. Assim, o estudo positivo da sociedade dividir-se-ia numa escala estática, relativa à natureza fundamental do grande organismo social, bem como dinâmica, concernente às dinâmicas da evolução social.

Conclusivamente, assume-se que o positivismo insere-se no campo de descoberta de leis que regem o desenvolvimento social, orientando-o a uma lógica de ordem que exprime a submissão de todas as áreas do saber a uma finalidade humana e racional. Intenciona-se, portanto, a

consolidação de um conhecimento que favoreça a estabilidade social, viabilizando transformações que se concretizem dentro de determinada ordem, fortalecendo-a. Objetiva-se estabelecer um estado de unicidade, que distingue a existência humana, convergindo para um destino comum. Dessa forma, a filosofia positivista encerra noções atreladas a um sistema geral das concepções humanas, encarando-as enquanto coordenadoras dos fatos observados.

1.3 – A Institucionalização do Positivismo Europeu: o Pensamento de Augusto Comte e Benjamin Constant nas Dinâmicas Sociopolíticas na Periferia do Capitalismo

Após uma exposição elucidativa acerca dos ditames orquestrados pelo pensador Auguste Comte, torna-se necessário destrinchar o cenário político que ilustrou a influência considerável de tais pensamentos nas dinâmicas políticas domésticas, notadamente sobre as elites nacionais, que ansiavam por inserir o Brasil no espectro ideológico alicerçado em teorias eurocêntricas e etnocêntricas. Ademais, a necessidade de robustecimento do ideal republicano personifica-se em Benjamin Constant, remodelando os proscênios políticos que fundamentaram a proclamação da República.

Deve-se ressaltar que o projeto republicano ressoou em berço liberal, no contexto político do século XIX, repaginando-se de um caráter altamente antimonárquico. Opunha-se, portanto, a soberania popular à Coroa. O republicanismo endossava suas críticas não às mazelas sociais, mas a própria estrutura estatal monárquica, viciadamente personalista. A partir do estabelecimento da República, remodelaram-se as concepções em torno do termo “liberalismo”, estando agora vinculado não mais a uma maneira de divergir do monopólio estatal, como no Império, mas a uma condição *sine qua non* para governabilidade. A consolidação da burguesia urbana, naquele fim de século, viabilizou a materialização de um liberalismo mais cientificista e evolucionista, bem semelhante aos modelos europeus. Entretanto, a despeito de um possível enfraquecimento do positivismo em solo europeu, o ideário positivista prevalecera em figuras de intelectuais como Clóvis Beviláqua, Alberto Sales e Benjamin Constant, revelando uma forte inclinação da elite brasileira aos caracteres do comtismo: valorização do saber positivo, disciplina e ordem em esfera social, hierarquização e apego a alguma ortodoxia.

O exército configurou um campo fértil e viabilizador para a consolidação do positivismo no Brasil, transbordando para além da esfera militar e atingindo inclusive o escopo sociocultural. Representou sobremaneira um estado de espírito materializado na fórmula “ordem e progresso”, escolhida para compor a bandeira nacional, como uma espécie de resumo extraído do sistema comteano. Benjamin Constant tornou-se um elemento explicativo da intelectualidade do país, bem como integrante do pioneirismo na elaboração de uma teoria social no Brasil.

Benjamin Constant Botelho de Magalhães integrou o oficialato do Exército Brasileiro e o governo provisório quando da instauração da República. O positivismo pôde penetrar e institucionalizar-se por meio das páginas dos livros de matemática, consagrando-se no ambiente cultural da Escola Militar do Rio de Janeiro, por sua vez fortemente responsável pela disseminação dos postulados positivistas, comtistas e cientificistas pela sociedade brasileira. A implementação dos ditames positivistas nas dinâmicas sociais brasileiras revela uma faceta de assimetria da ordem internacional em âmbito teórico-ideológico: a importação acrítica, por parte das economias periféricas, inseridas numa conjuntura sociopolítica escravista, dos postulados doutrinários engessados no centro do sistema capitalista. Tal fenômeno também reverberara em países como México, como bem ressalta Renato Lemos:

Para Zea, o positivismo encontrou guarida no México porque, da mesma forma como na França, serviu aos interesses da burguesia. Há uma distinção importante a fazer, contudo, porque a burguesia mexicana se encontrava ainda em formação quando se inteirou do positivismo, enquanto a francesa produziu a doutrina já na fase de declínio como força social renovadora. Às voltas com as forças sociais que lhe eram antagônicas, abriu mão dos valores que a haviam guiado no rumo do poder para abraçar outros, mais congruentes com as tarefas de preservação das posições conquistadas. Para Zea, o positivismo foi, em resumo, a filosofia contrarrevolucionária que a burguesia europeia construiu para consolidar a nova ordem em face das pressões à direita e à esquerda: “Revolução e antiga ordem era os perigos Scila e Caríbdis da burguesia europeia; era mister uma nova ordem que escapasse a esses perigos”. (ZEA, 1985, p.40-41 apud. LEMOS, Renato).

Sob a lógica comtista, não se almejava a consolidação de uma ordem anterior àquela estabelecida em torno dos ditames do *Ancien Régime*, que configurava as reivindicações da restauração contrarrevolucionária dos restauradores nostálgicos do absolutismo, mas ansiavam por implementar uma ordem alicerçada fundamentalmente nos desdobramentos erguidos sobre o desenvolvimento industrial e técnico-científico. Direccionavam-se os esforços políticos ao estabelecimento de uma integração do proletariado às engrenagens que promovessem a ordem, guiada por uma elite suficientemente ilustrada pela cultura científica e progressista. O proletariado, nesse sentido, era tido enquanto viabilizador de desordem, que interromperia a engrenagem do desenvolvimento intelectual e técnico-científico pelo qual as sociedades deveriam passar. O ideário positivista elencar-se-ia em torno de um conjunto de reformas que promovessem o progresso, por vias educacionais, inserido num contexto maior marcado por uma estratégia de prevenção de revoluções. Assume-se, portanto, uma agenda de caráter reformista, entretanto preventivamente contrarrevolucionário.

Conclusivamente, há uma forte comunicação entre o caráter reformista, inerente ao positivismo, e os aspectos atrelados ao cientificismo eurocêntrico e etnocêntrico. Ademais, a necessidade de se concretizar uma ambiência intelectual favorável à aproximação da sociologia enquanto ciência aos ditames das ciências naturais conferiu à matemática a incumbência de nortear os ditames positivistas. A institucionalização do positivismo europeu no Brasil deu-se sobremaneira por meio da Escola Militar, reduto do culto à ciência, tornando-se centro de estudos de matemática, filosofia e letras.

Benjamin Constant obteve seu primeiro contato com o positivismo em 1857, ainda aluno da Escola Militar, incorporando o ideário enquanto eixo organizador de suas convicções, contribuindo decisivamente para suas abordagens acerca da guerra, da atividade política, da vida militar e do sistema educacional. Nesse sentido, o intelectual teve papel preponderante na disseminação do positivismo no Rio de Janeiro. Sob uma ótica macro, observa-se que a presença do Exército no cenário político brasileiro constituiu-se de maneira significativa a partir de 1870, no contexto de término da Guerra do Paraguai. Dessa forma, as Forças Armadas angariaram centralidade num espaço gradativamente mais politizado no interior do Estado.

Segundo Lemos:

A participação de Benjamin Constant no poder foi, enfim, um imprevisto na história, eficiente para a derrubada de um regime em crise estrutural, mas não para a construção de uma nova ordem. Benjamin Constant não tinha um programa político claro. Guiada por valores democráticos gerais e algumas diretrizes positivistas, sua passagem pelo poder foi uma trajetória rumo à decepção pessoal, à depressão emocional e ao agravamento irreversível das condições de saúde. Com a sua morte, extinguiu-se um tipo de intervenção política que não se repetiria na história brasileira. (LEMOS, Renato. Benjamin Constant e o positivismo na periferia do capitalismo [p.207-2015]).

Figuras notórias modelaram os proscênios sociopolíticos nacionais sob os quais se ergueram ideologias e direcionamentos políticos. A aristocracia brasileira configurou a materialização e a personificação de uma importação acrítica do arcabouço teórico-ideológico eurocêntrico, inaugurando um cenário de caráter higienista e etnocêntrico que perduraria durante o século XIX e princípios do XX. Compreender as engrenagens sociais que viabilizaram a implementação de tal ideário é analisar as raízes do desenvolvimento histórico do pensamento político brasileiro.

1.4 – A Consolidação do Ideal Republicano: Modelos de República em Disputa

Pretende-se, neste capítulo do ensaio, esboçar algumas palavras acerca das dinâmicas teórico-políticas que embasaram o projeto republicano no decorrer do século XIX, explicitando três eixos temáticos e metodológicos que nortearam um rico debate ideológico. A multiplicidade de interpretações acerca do que significado não apenas de “República”, mas de transição e mudança, reverbera para além da análise dos desdobramentos históricos a alcança a necessária compreensão das dicotomias estabelecidas entre as correntes teóricas republicanas, bem como atesta a pluralidade de lentes interpretativas de leitura que destrincharam a Modernidade, de maneira híbrida. Nesse sentido, consolidaram-se três correntes de vieses diferenciados: liberal, jacobino e positivista. Sob tal lógica, estabelece-se enquanto ponto de partida o ano de 1870, por configurar um período no qual se vislumbrou uma forte contestação ao regime monárquico, alicerçada no “Manifesto Republicano”, recém-lançado naquele mesmo ano. A insatisfação à monarquia configurou engrenagem propulsora para o levante militar, como segue:

A liberdade de consciência nulificada por uma Igreja privilegiada; a liberdade econômica suprimida por uma legislação restritiva; a liberdade da imprensa subordinada à jurisdição de funcionários do governo; a liberdade de associação dependente do beneplácito do poder; a liberdade do ensino suprimida pela inspeção arbitrária do governo e pelo monopólio oficial; a liberdade individual sujeita à prisão preventiva, ao recrutamento, à disciplina da guarda nacional, privada da própria garantia do *habeas-corpus* pela limitação estabelecida, tais são praticamente as condições reais do atual sistema de governo”. (BONAVIDES, Vieira. S/d: 540-541 apud. ELIAS, Daiane Lopes. República: conceito presente no pensamento político e social brasileiro).

Ademais da insatisfação dos republicanos liberais que encabeçaram o Manifesto Republicano, o ideal em questão se fortalece fundamentalmente num contexto de busca, desejada por diversos setores também descontentes com a natureza de governo, pela superação de gargalos políticos que remetiam à monarquia, tais quais a escravatura e a intensa centralização política, que afetavam sobremaneira a soberania das províncias. Nesse sentido, “a opção pela república e o modelo de república escolhido tinha a ver com a solução que se desejava para tais problemas”. (CARVALHO, 1990:23).

Interessante ressaltar que a terminologia “República”, enquanto reprodutora de um arcabouço de valores alicerçado no “bem comum” desvanece, reduzindo-se a uma forma de regime político. Nesse aspecto, a pluralidade de manifestações republicanas materializa-se em embates ideológicos direcionados à busca pela hegemonia teórica e, por conseguinte, pela legitimidade perante o novo regime. Estabelecem-se três eixos norteadores que se digladiarão pela supremacia

de sua concepção de organização social, bem como almejando sua manutenção no poder a partir da construção simbólica que fosse capaz de ratificá-las. Observa José Murilo de Carvalho:

O instrumento clássico de legitimação de regimes políticos no mundo moderno é, naturalmente, a ideologia, a justificação racional da organização do poder. Havia no Brasil pelo menos três correntes que disputavam a definição da natureza do novo regime: o liberalismo à americana, o jacobinismo à francesa, e o positivismo. As três correntes combateram-se intensamente nos anos iniciais da República, até a vitória da primeira delas, por volta da virada do século. (CARVALHO, 1990:9 apud. ELIAS).

A trama teve como vencedor o projeto republicano de caráter liberal, implicando o desmantelamento da busca por uma república popular e a intensificação do núcleo do pensar liberal, embasado na liberdade civil, no direito individual e na não-intervenção estatal nas dinâmicas da economia. Elegeu-se enquanto modelo de república os Estados Unidos, ao passo que a corrente jacobina guiava-se segundo os desdobramentos da Revolução Francesa. Mencionam-se os expoentes da corrente liberal: Alberto Sales, renomado intelectual da elite paulista que fora capaz de cimentar as bases teóricas da república liberal, e Quintino Bocaiúva, principal representante da propaganda liberal republicana entre os civis.

Vislumbra-se um vínculo ideológico significativo entre os anseios da elite paulista da época, orquestrados em torno de proprietários rurais, sobretudo paulistanos, e o ideal liberal espelhado na república dos Estados Unidos. Nesse sentido, São Paulo configurou o berço do Partido Republicano, criado em 1873, formado majoritariamente por proprietários rurais que se sentiam pressionados e prejudicados pela intensa centralização promovida pelo regime monárquico. Sob tal lógica, a adoção do modelo estadunidense de república reflete os anseios de tal elite pelo federalismo e, por conseguinte, pela implementação de uma autonomia considerável às então províncias, considerando a materialização do pacto social por meio da concepção do interesse individual. Nesse sentido, o caráter “público” e o “bem comum” deveriam ser compreendidos como o somatório dos interesses particulares. Dessa forma, assume-se que a corrente liberal adotara o modelo estadunidense enquanto inspiração, bem como se associa à “liberdade dos modernos”, entendida enquanto uma liberdade alicerçada na busca pela satisfação de interesses particulares. Sob esse viés, o modelo republicano vitorioso deveria ser aquele que melhor pudesse garantir uma organização política capaz de viabilizar a realização de anseios e reivindicações, tal qual uma felicidade pautada na felicidade mundana.

Simultaneamente à liberal, desenvolvia-se uma corrente republicana alicerçada em estruturas de caráter jacobino, representada pela figura de Silva Jardim, cuja inspiração norteava-os aos valores conquistados no pós-Revolução Francesa. As bases teórico-ideológicas de uma

república jacobina alicerçavam-se sobre o ideário de liberdade dos antigos, que viabilizasse igualdade e equidade, bem como o ideal de ampla participação popular das dinâmicas dos processos decisórios. Tal corrente fora consolidada por setores urbanos, como pequenos proprietários, profissionais liberais, professores, estudantes e jornalistas, igualmente insatisfeitos com os caminhos estabelecidos durante a Monarquia, sobremaneira lhes atribuindo concepções como atraso social, concessão de privilégios e corrupção. Os desdobramentos da Revolução Francesa conferiam, portanto, grande simbologia à luta que deveria ser empreendida em solo brasileiro. Ademais, não almejavam o desmantelamento do Estado, por o compreenderem enquanto uma ferramenta de promoção da coisa pública e do bem comum. Conclusivamente, almejavam a participação direta do povo nos negócios comuns, estabelecendo-se as premissas dos antigos em torno da *Res-Publica* e, portanto, o surgimento do homem político, imprescindível a promoção das variáveis viabilizadores do envolvimento popular na vida pública.

Não obstante a intensa disseminação dos vários ideários republicanos, a corrente positivista também fora capaz de arregimentar adeptos, muito em decorrência de seu caráter antimonárquico e teleológico, condenando o que considerava como retrocesso e impedimento para a marcha social do progresso. Em âmbito positivista, almejava-se o robustecimento de uma república ditatorial, gravitando em torno de um Estado forte e interventor, num contexto de ruptura abrupta com os ditames da Igreja, pois “a finalidade de tal ditadura era promover a república social, isto é, garantir, de um lado, todas as liberdades espirituais e promover, de outro, a incorporação do proletariado à sociedade, mediante a eliminação dos privilégios da burguesia” (CARVALHO, 1990:41 apud. ELIAS). O ideal positivista alcançava sobremaneira os militares, os republicanos do Rio Grande do Sul, região atrelada a uma significativa tradição militar, e o proletariado, sobretudo, estatal. Mencionam-se como os principais expoentes Miguel Lemos e Teixeira Mendes, além de artistas como Eduardo Sá e Décio Villares.

A corrente vitoriosa, naquele contexto sociopolítico e econômico de 1889, foi a liberal, não obstante o forte apelo simbólico e teórico das correntes francesas (jacobina e positivista). Dessa forma, o texto constitucional de 1891 adotara um viés visivelmente liberal. Entretanto, a década seguinte demonstrou o descolamento entre o arcabouço ideológico que fundamentou a implementação republicana e a atuação governamental no trato social. Foi nesse aspecto que a insatisfação popular retomou seu espaço no palco político brasileiro. Instalou-se, portanto, um intenso estado de frustração, em decorrência do desmantelamento das expectativas consolidadas em torno dos vários ideários republicanos em disputa, tornando-se, naquele momento, puramente utópicos. José Murilo de Carvalho explicita com maestria: “foi geral o desencanto com a obra de 1891. Os propagandistas e os principais participantes do movimento republicano rapidamente perceberam que não se tratava da república de seus sonhos” (CARVALHO, 1990:33 apud. ELIAS).

A instauração de um mal-estar generalizado, no pós-1898, engendrou a arquitetura de diversas análises por pensadores e teóricos do trato social, que buscaram destrinchar a realidade política brasileira, não somente no intuito de tornar inteligível a sensação de frustração, mas, sobretudo, pavimentar caminhos para a superação da crise política que se desenrolava à época. Nesse sentido, orquestraram-se análises de caráter multifacetado – sociopolítico, econômico e cultural – que, ao dialogarem com a ideologia republicana, enriqueceram o campo de estudo sociológico no Brasil. Enfatizam-se, no escopo político, análises de pensadores como Alberto Torres, Gilberto Amado e Raymundo Faoro.

Torres se destaca ao se questionar acerca das engrenagens do regime republicano, enfatizando a necessidade de uma observação social para que se estabeleçam condutas políticas que revertam a crise, bem como ao se posicionar contrariamente ao discurso liberal e ao federalismo. A interpretação correta da realidade nacional viabilizaria a adequada arquitetura de políticas públicas que, de fato, refletiriam as reivindicações e demandas sociais, tornando desnecessária a importação acrítica de modelos sociopolíticos além-mar, especialmente no escopo de atuação de um Estado fortemente interventor. Nesse sentido, uma incompatibilidade entre modelos sociopolíticos construídos sob outras realidades e as dinâmicas sociais brasileiras, caso forçosamente combinadas, engendraria um profundo desequilíbrio social, bastante comprometedor da superação de uma crise nas décadas que se seguiram à implementação da república. Faz-se necessária, portanto, a utilização da arte de governar, a partir de um exame atento das circunstâncias, proporcionando um complexo de harmonia entre homem e sociedade.

Compreendia-se que a ausência de tradição republicana configurara dificuldade para a implementação de um forte projeto republicano, muito em decorrência de intensos sentimentos separatistas das diversas regiões do país. Dessa forma, havia uma crítica, por parte de Alberto Torres, ao Liberalismo e ao Federalismo, por incentivar confrontos que intensificavam a desarmonia entre regiões, inviabilizando uma unicidade nacional. É nesse contexto que a intervenção estatal se faria imprescindível, a fim de garantir a homogeneidade política nacional e a centralização.

Numa outra ponta do espectro, destaca-se o pensador Gilberto Amado, por meio da análise do sistema representativo, apontando a necessidade do pioneirismo dos mais aptos, por meio do sufrágio universal. A perspectiva de Raymundo Faoro estaria mais atrelada à análise do fenômeno do patrimonialismo, conceito capaz de definir uma sociedade com a permanência da mesma elite no jogo de poder, havendo o império do estamento político. Percebe-se, portanto, a pleora de significados atribuídos a uma lógica em torno do conceito de “República”, bem como os projetos políticos que fundamentavam a adoção de crenças ideológicas e a consolidação de anseios e

reivindicações. A polissemia que perpassa a concepção republicana é berço de diversas interpretações sociais acerca dos caminhos que a nova República deveria palmilhar nas décadas que sucederam 1889.

1.5 – Engrenagens Doutrinárias Positivistas e o Sistema do Capital

Para além de analisar puramente aspectos formais do positivismo, torna-se imprescindível diagnosticar os desdobramentos da penetração de tal ideologia nas dinâmicas sociais do capitalismo periférico. A realidade sociopolítica brasileira configurou campo propício para a disseminação dos ideários cientificistas, por meio de uma elite ávida por inserir o Brasil na “esteira do progresso e da civilização”. O arcabouço ideológico europeu, que servira de base de sustentação teórica para os discursos republicanos, deve ser compreendido numa análise ampla acerca do palco internacional que viabilizara a emergência de novas formas do pensar social. As engrenagens sociopolíticas e econômicas inauguradas enquanto produto da Revolução Industrial no século XVIII e, posteriormente, a disseminação dos desdobramentos do rearranjo econômico na Inglaterra ao restante do continente europeu até 1870, engendraram o desmantelamento do antigo arranjo social de natureza feudal, estabelecendo dinâmicas político-econômicas e sociais ancoradas na lógica de expansão e acumulação do capitalismo industrial. Posteriormente, as engrenagens do capital financeiro puderam se consolidar por meio da arquitetura de oligopólios e monopólios, associado ao capital dos grandes bancos. As dinâmicas de acumulação e expansão do capitalismo industrial e financeiro serviam ao intento de mitigar as intensas crises de superprodução. Sob tal lógica, estabeleceram-se entrelaçamentos que orbitavam entre tais dinâmicas sistêmicas da ordem do capital, notadamente a necessidade intrínseca de acumulação e expansão, e os processos de disseminação do complexo ideário europeu de caráter liberal-positivista para regiões do globo, nas quais o capitalismo ainda não havia atingido o ápice dos monopólios e oligopólios europeus. Nesse sentido, as engrenagens político-econômicas e sociais do neocolonialismo desdobram-se para além da necessidade de obtenção de matéria-prima bruta a baixíssimo custo, mão de obra barata, ampliação do mercado consumidor, bem como oportunidades de investimento em infraestrutura, transbordando para o escopo de penetração ideológica em regiões como África e Ásia.

Dessa forma, incumbiu-se ao complexo europeu de ideologias a pavimentação para uma exploração europeia multifacetada, também no domínio do pensamento e das crenças. O rearranjo de ideologias e crenças nos territórios conquistados viabilizaria a racionalização da exploração da matéria-prima e da mão-de-obra pelo capital industrial e financeiro, engendrando a naturalização do consumo de produtos industrializados de alto valor agregado, bem como a aplicação rentável dos capitais excedentes do continente europeu nessas terras. Assim, objetivou-se consolidar um redirecionamento inteiramente capitalista daquelas sociedades, num contexto de camuflagem de

interesses político-estratégicos e econômicos dos grandes centros europeus, por meio do manto humanitário e da “missão civilizadora” que ocultavam a violência da ação colonizadora.

Capítulo 2

Desdobramentos Políticos e as Constantes Transformações no Pensamento Político Luso-Brasileiro: nas Entrelinhas d’*O Correio Brazilienze, Gazeta do Rio de Janeiro e Idade D’Ouro*

Uma análise política multifacetada acerca das movimentações sociais do século XIX no Brasil perpassa necessariamente por uma interpretação crítica do papel desempenhado pela imprensa, notadamente em formato de periódicos, na modelação da realidade social, compreendendo que seu posicionamento revelava peripécias da política da época e projetos de governo, sejam eles pró-independentistas ou não. O peso político empreendido pela imprensa nas duas primeiras décadas do século XIX fora crucial para a interpretação das relações metrópole-Colônia, bem como da presença do fator censura pelos órgãos metropolitanos, a fim de se evitar efervescência ideológica em terras coloniais. Entretanto, fora a partir da consolidação da Independência que a imprensa passara a arquitetar um objetivo mais preciso: consoante ao projeto político de tentativa de inserção do país ao ciclo dos ideários que fervilhavam nas mentes da *Intelligentsia* europeia, a imprensa passara a organizar-se enquanto disseminadora dos projetos cientificistas, almejando inculcar, nos mais diversos setores sociais, a necessidade de aproximação acrítica ao complexo ideológico europeu, por meio da institucionalização de ideias como positivismo, evolucionismo e eugenia.

Sob tal lógica, interpreta-se o papel desempenhado pelo jornal *Correio Braziliense*, publicado por Hipólito da Costa em Londres, entre os anos de 1808 a 1822, como o de estar vinculado à educação política da elite brasileira nas décadas iniciais do século XIX, sobremaneira com o objetivo primeiro de disseminar o ideário liberal no Brasil. Demarcou-se, portanto, o processo de separação política entre colônia e metrópole, aguçando os anseios políticos da elite brasileira pela concretização de um pensar sectário e mais próximo ao cientificismo. A adoção dos preceitos liberais implicava o desmantelamento da ordem escravocrata, substituindo-a pelos trabalhadores estrangeiros livres. O jornal, ademais, contribui para a implementação da lógica do desenvolvimento material e da imprensa enquanto viabilizadora de uma educação que viabilizasse o progresso material. *Gazeta do Rio de Janeiro e Idade D’Ouro* também auxiliaram consideravelmente para o desenvolvimento inaugural da imprensa brasileira, assim como foram capazes de refletir literariamente os desdobramentos políticos e as constantes transformações pelas quais o pensamento da elite política passava naquele início de século.

Conclui-se, assim, o aspecto conjuntural conferido aos periódicos da primeira metade do século XIX, moldados de acordo com as dinâmicas sociais. Por conseguinte, asseveram-se a irregularidade e a efemeridade imiscuídas nas publicações da imprensa do período. Com a consolidação do processo de Independência e do cenário político brasileiro no século XIX, houve uma transformação na essência dos periódicos pela incorporação da lógica do mercado, configurando uma nova forma de legitimação. Nesse aspecto, optou-se pela imparcialidade e comedimento ao publicar informações. As opiniões e ideologias políticas cederam espaço a acontecimentos e fatos pontuais, inserindo-se numa lógica de imprensa enquanto empresa.

Deve-se mencionar, enfim, que a imprensa remodelou as dinâmicas sociopolíticas em solo brasileiro, ao configurar desdobramento dos interesses político-econômicos e sociais das elites europeias e dos ciclos que detinham poder no âmbito do processo decisório. Nesse sentido, assume-se que a história da imprensa brasileira está fundamentalmente atrelada aos aspectos da colonização portuguesa no Brasil, por meio de um conjunto de políticas linguísticas e a constituição de sujeitos políticos, no escopo de elaboração de uma identidade nacional. Assim, coube à imprensa a incumbência de pavimentar o caminho para a instrução do povo acerca da necessidade do conhecimento científico e daqueles que dignificassem o espírito dos homens. A figura de Hipólito da Costa sobressai quando atribui à imprensa o papel de educadora, norteada pelo conhecimento científico, nos aspectos naturais e políticos, viabilizando um caminho para uma sociedade progressista. Era tal o desdobramento da universalidade do pensamento burguês na *Intelligentsia* brasileira.

Capítulo 3

Os Alicerces Teóricos da Jovem República: O Espetáculo das Raças

3.1 – Entre os “Homens de *Sciencia*”

Os proscênios de estabelecimento dos sustentáculos republicanos transbordaram o escopo do liberalismo político e do positivismo e adentraram um direcionamento acrítico também a formas de pensamento de caráter racista e determinista. É sob a lógica da busca pela inserção do Brasil na “esteira do progresso e da civilização” que se deve compreender o raciocínio que embasou a institucionalização de teorias eugênicas direcionadas à condenação irrestrita dos processos de miscigenação que contribuíram para a formação das inúmeras identidades brasileiras.

Criou-se a imagem de um Brasil atrelado a um “grande laboratório racial”, inteiramente à disposição da *Intelligentsia* europeia, que buscava naturalizar as diferenças fenotípicas entre os homens, conferindo a elas essências políticas que pudessem justificar, a título de exemplo, a exploração neocolonial, como bem demonstra Lilia Moritz Schwarcz em “O espetáculo das raças”.

O etnocentrismo e, por extensão, o eurocentrismo, configuraram a pavimentação de perspectivas racistas e evolucionistas. Em 1830, estabelece-se a fundação do primeiro Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) no Rio de Janeiro, fortemente ligado à oligarquia local, com o objetivo de arquitetar uma nova história e recriar uma memória para a nação.

A partir da década de 1870, o Brasil deixara de configurar sujeito para ser objeto das explicações racistas, deterministas e evolutivas, tencionando diferenciar-se das demais repúblicas latinoamericanas, por meio da aproximação de modelos europeus de conhecimento e civilidade. Verificou-se a consolidação do naturalismo na Literatura enquanto corrente que procurava delinear esboços científicos da sociedade, contribuindo sobremaneira para a divulgação dos modelos deterministas e racistas. Nos grandes centros urbanos, por conseguinte, vislumbrou-se a entrada de tal ideário científicista difuso por meio da adoção de grandes programas de higienização e saneamento, embasando-se numa racionalidade científica direcionada a um rearranjo das abarrotadas cidades, por meio da implementação de projetos de cunho eugênico que pretendiam eliminar a doença, separar a loucura e a pobreza. Nesse cenário, a Revolta da Vacina (1904) fora capaz de revelar o descompasso entre os programas ditos científicos e a compreensão por parte do povo.

Os desdobramentos da adoção acrítica do complexo de pensamento europeu engendraram uma vertente pessimista de interpretação da essência do país, na medida em que se estabelece a narrativa de Brasil enquanto “exemplo de nação degenerada de raças mistas”. Digna de menção é a teoria do *darwinismo climático*, cujo expoente, Thomas Buckle (1821-1862), condenava o homem brasileiro à decadência em função da pujança de sua vegetação. Importante ressaltar a impossibilidade de precisão quanto à origem social dos novos intelectuais, entretanto, pode-se assumir o caráter urbano de tais profissionais reconhecendo-se enquanto *homens de ciencia*, e o início de uma produção que se desvinculava, aos poucos, dos setores hegemônicos e umbilicalmente ligados a setores agrários. Houve, enfim, uma apropriação tardia de tais teorias já bastante desacreditadas pela intelectualidade europeia, para efeito de adequação ao cenário brasileiro, por meio da camuflagem das contradições em adotar preceitos que condenam uma nação altamente mestiça ao fracasso.

Estabeleceu-se um quadro dicotômico entre a literatura humanista, cujo expoente era o pensamento de Rousseau, direcionado à noção de unicidade na humanidade, e as correntes deterministas, racistas e evolucionistas de pensadores como Buffon e De Pauw, buscando justificar e naturalizar as diferenças existentes entre os homens. Em aspecto macro, pode-se desenhar tal dicotomia por meio do embate entre a perspectiva de *perfectibilidade*, no escopo da visão humanista, marcada pela unidade da essência humana, especialmente após os desdobramentos políticos da Revolução Francesa, e a perspectiva que encara a humanidade como diversa em sua origem e evolução. Nesse sentido, o arcabouço ideológico racista configura sobremaneira uma

deslegitimação dos pressupostos igualitários das revoluções burguesas e do Iluminismo, remodelando o debate acerca da cidadania, uma vez que se enalteciam as determinações dos grupos biológicos em detrimento do arbítrio do indivíduo entendido como “um resultado, uma reificação dos tributos específicos da sua raça” (Galton, 1869/1988:66).

Simultaneamente pode-se analisar o quadro ideológico entre 1870 e 1930 enquanto embate pela proeminência teórica e política de duas vertentes que aglutinavam os diferentes autores que na época enfrentaram o desafio de pensar a origem do homem: a visão *monogenista* e a interpretação *poligenista*. De acordo com a primeira vertente, a natureza e a origem da humanidade seriam essencialmente unas, havendo o fator perfectibilidade que justificaria as desigualdades entre os povos. Pensava-se, portanto, na humanidade enquanto um gradiente de perfectibilidade, havendo a possibilidade de evolução e progresso a todas as raças. Tal perspectiva fora adotada pelos entusiastas da *antropologia cultural* e da *etnografia social*. Adversariamente, a perspectiva poligenista fortalecia-se em meio à valorização da biologia e da contestação ao dogma monogenista da Igreja. Nesse sentido, consolidou-se a crença de que existiriam vários centros de criação do homem, respectivamente correspondentes às diferenças raciais observadas. Transbordou-se para o escopo sociopolítico, no contexto de criação de um determinismo que condena os processos de miscigenação. O comportamento humano passara a ser regido por leis biológicas e naturais, dentro do espectro de superioridade das raças, acrescendo a esse cenário o surgimento da *frenologia* e da *antropometria*, teorias que passavam a interpretar a capacidade considerando o tamanho e a proporção do cérebro dos diferentes povos, bem como objetivava esgotar os estudos a respeito da loucura. O fortalecimento da chamada *Psicologia Social*, que interpretava o comportamento humano no seio da raça que o envolvia e, por extensão, do lugar que ocupava na hierarquização racial, em detrimento do arbítrio individual, engendrou a *Antropologia Criminal*, cujo principal expoente - Cesare Lombroso - argumentava ser a criminalidade um fenômeno físico e hereditário.

É somente com a publicação de *A origem das espécies*, em 1859, que o embate entre poligenistas e monogenistas tende a amenizar-se. Observa-se que o pensamento darwinista penetra exitosamente em ambas as perspectivas de caráter evolucionista, atribuindo ao conceito de raça uma conotação que transborda o escopo biológico e atinge questões de cunho político e cultural. A figura do mestiço toma centralidade nas análises poligenistas, entendido enquanto personificação da “degeneração” que poderia advir do cruzamento de “espécies diversas”. Nesse sentido, para os poligenistas, *seleção natural* implicava pensar na *degeneração social*.

Arquitetou-se um “ideal político” em torno de um determinismo de cunho racial, que enaltecia as chamadas “raças puras”, notadamente a ariano-caucasiana, em detrimento dos frutos da miscigenação, uma vez que se entendia por raça como um fenômeno final, de resultado imutável. Tal ideal político materializou-se por meio da *eugenia*, cujo objetivo era intervir na reprodução das populações, inaugurando uma reinterpretação acerca dos aspectos da hereditariedade humana.

Nesse sentido, para teóricos entusiastas da eugenia, como Gobineau, a evolução europeia calcada no tipo ariano representou a influência do apuro racial ao caminho em direção à “civilização”. Outros conceitos são nesse momento redefinidos: *diferença* e *desigualdade*. O primeiro termo implicaria a continuidade da concepção humanista de uma unidade humana indivisível, já o conceito de diferença levaria à sugestão de que existiriam espécies humanas ontologicamente diversas.

3.2 – Uma Doença Chamada mestiçagem e Um Paciente Chamado Brasil

Tecer-se-ão breves palavras, nessa seção, acerca da relevância do debate e da prática médica no contexto do século XIX, bem como na fase de transição para o século XX, ademais de interpretar a interface sociopolítica que se estabelecera entre o arcabouço teórico-ideológico da seleta comunidade científica institucionalizada, notadamente em escopo médico e sanitário, e perspectivas direcionadas à situação da saúde pública em grandes centros urbanos, como Rio de Janeiro e São Paulo, com ênfase na questão das epidemias e da insalubridade de cortiços e demais aglomerações urbanas, de crescimento desenfreado. Nesse sentido, a análise de Mariza Corrêa, em “As ilusões da liberdade” (1983) viabiliza sobremaneira a observação da trajetória de um grupo circunscrito de médicos, que se autodesignaram membros da “Escola Nina Rodrigues”, vinculado à Escola de Medicina da Bahia, fundadora da chamada Medicina Legal. Interessante perceber os diferenciados enfoques norteados à questão da saúde, ao longo de décadas: se, ao menos até os anos de 1880, privilegiou-se o debate acerca da higiene pública, que implicava uma acentuada atuação da comunidade médica no cotidiano das populações contaminadas por enfermidades infectocontagiosas, a Medicina Legal materializa sua grande estreia na década posterior, com a consolidação da figura do perito, politicamente responsável pela análise criminológica e suas interfaces com a loucura, ao passo que os anos 1930 descortinaram uma aguçada ascensão do eugenista, naquele momento designado a separar a população enferma dos indivíduos sãos.

A disputa pela hegemonia institucional médica ganha centralidade no cenário sociopolítico doméstico, uma vez que a profissão ainda se encontrava em processo de formação. Dessa forma, assume-se que o Rio de Janeiro tornara-se referência para estudos acerca das doenças tropicais como febre amarela e o mal de Chagas, devendo ser prontamente sanadas, num contexto de intensa busca pela “higienização” e de consolidação de uma identidade científica para a comunidade científica carioca. Sob uma outra lógica, a medicina baiana fundamentava-se primordialmente na análise do que consideravam como perniciosidade no escopo do cruzamento de raças distintas. Nesse sentido, enquanto para os médicos cariocas, tratava-se de combater a doença, para os profissionais baianos, a centralidade era a figura do doente. Dessa forma, a miscigenação configurava os alicerces sobre os quais se sustentava a loucura – ou, pelo menos, a ideia de que

dela se fazia –, bem como a criminalidade. A institucionalização das ideologias eugenistas, racistas e evolucionistas não se limitara apenas às escolas de Medicina, transbordando sobremaneira para o escopo do Direito, materializando uma diversidade de perspectivas e construção do saber das elites em torno da problemática nacional. Nesse sentido, estabeleceu-se, sob o prisma médico, a necessidade de sanar um país enfermo, consolidando-se um projeto médico-eugênico, notadamente inserido num pilar evolucionista de “perfectibilidade social”. O “homem de direito” representaria um assessor responsável por moldar sob a forma da lei os diagnósticos médicos realizados. Em âmbito legal, o direito ganharia centralidade, sendo o médico interpretado enquanto um técnico que auxiliaria no bom desempenho dos profissionais da lei.

Em suma, afirma-se com veemência que o debate racial perpassara qualquer cisão entre a *Intelligentsia brasileira*. Enquanto, para os baianos, o cruzamento racial viabilizaria a consolidação da criminalidade e da loucura, a perspectiva carioca norteava-se para uma análise calcada num convívio pernicioso entre as distintas raças que coabitavam na região dos trópicos, que engendraria doenças, bem como obstáculo à “perfectibilidade racial e biológica”. O desenvolver da prática médica relegou ao século XIX um trato com a morte diferenciado em relação a outrora: procurou-se arquitetar intervenções maciças contra epidemias em áreas urbanas, no intuito de reverter não apenas a morte, como também o curso da degeneração biológica dos povos. A segunda metade do século XIX revela-se imprescindível em termos de análise contextual de implementação e consolidação da medicina enquanto área de estudo e profissão, considerando que o cenário social brasileiro fervilhava-se perante a emergência de diversas epidemias, notadamente cólera, febre amarela, varíolas e demais, legitimando a atuação dos médicos no âmbito da “higienização”, com ênfase nos grandes centros urbanos. O fenômeno das doenças, de caráter epidêmico, ganhou centralidade nas diretrizes de preocupação médica, notoriamente a partir da intensificação das ondas imigratórias. Ademais, os desdobramentos da Guerra do Paraguai engendraram uma significativa necessidade de cirurgiões e especialistas na área da saúde. O aumento da criminalidade, atrelado ao crescimento vertiginoso das grandes cidades, corroborou para a aceitação, ainda mais considerável, das teorias racistas e deterministas, que apontavam veementemente para a degenerescência da raça, quando houvesse mestiçagem. Com a palavra, Schwarcz:

Diante desse cenário alterado, redefinia-se a atuação médica no país. Essa é a época do surgimento da figura do “médico missionário”, obstinado em sua intenção de cura e intervenção. É também o momento do fortalecimento do perito em medicina legal, cujo olhar não recaía sobre o crime, mas sobre o criminoso, com suas taras e degenerações, e do início de uma discussão profissional que visava definir os limites e possibilidades de atuação desse tipo de prática. (SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças*, ed.2014. p.260).

3.3 – Um Grande Laboratório Humano: a Doença Como Espetáculo.

Fora também a partir da década de 1870, que uma imprensa direcionada exclusivamente à problemática médica consolidara-se, havendo um crescimento vertiginoso de publicações científicas. Nesse sentido, buscou-se incessantemente por uma identidade médica desvinculada das habituais paixões políticas expressas em periódicos tradicionais. A *Gazeta Medica da Bahia* e o *Brasil Medico* caracterizam-se pela grande difusão e pela longa duração de existência. A descoberta de uma ciência genuinamente brasileira estava relacionada a elementos potencialmente interessantes, tal qual peculiaridade das feições, do clima, da vegetação, da raça, da natureza e mesmo do “grau de civilização”. A sociedade é encarada enquanto um “corpo doente”, sendo o médico o responsável por curá-la. Nesse sentido, assume-se que não se tratava de pensar no indivíduo em si, mas na “coletividade”, na nação enfraquecida e carente de intervenção. Novamente, cedemos a palavra a Schwarcz:

Os “causos” deixam, portanto, de ser casos isolados, já que exemplificam males comuns. É esse o momento da “exposição da doença”, da demonstração das “monstruosidades” que cumpriam um duplo papel: tanto serviam como amostras vivas de um trabalho, provas da tese defendida, quanto apareciam como alerta contra o perigo iminente da degeneração, testemunhavam destinos futuros que podiam e deviam ser evitados. (SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças*, ed.2014. p. 262)

E, por conseguinte,

No andar superior em cada um dos quartos ficavam expostos os doentes com suas lesões e ao lado uma observação sumaria do medico responsavel... Á entrada ficava uma lista com ennumeração das doenças. Isto fazia com que cada um fosse logo ter com os doentes, que mais especialmente lhes interessava... comprovando causos de degeneração interessantes de serem analisados. (GMB,1091:344 apud. Schwarcz, 2014:262).

Conclusivamente, a população pobre e enferma era encarada como materialização de teorias e desvios, enquanto era exposta numa espécie de grande laboratório humano. A medicina de fins do século XIX e início do XX pretendia, enfim, firmar-se enquanto tutora da sociedade e esperança para o porvir. Nas crescentes publicações médicas, ressalta-se a ênfase dada a questões de higienização e saúde pública, compreendendo temas como saneamento, demografia e meteorologia.

3.4 – Higiene Pública ou uma Sociedade Enferma

O primeiro número do periódico *Gazeta Medica* ressaltava a problemática da higienização pública, alertando a ausência de trato sociopolítico quanto às desastrosas epidemias que afetavam os grandes centros urbanos, como Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Recife. Com efeito, a preponderância de tal preocupação respondia a uma tendência significativa no âmbito da medicina, que interpretava a prática da higiene como forma revolucionária de atuação na coletividade. A saúde deveria nortear-se, portanto, pelo mantra “Prevenir antes de curar”. Naquele contexto, fortalecia-se um cenário sociopolítico que transbordava aspectos puramente de higiene coletiva, alçando à lógica da necessidade de saneamento. Nesse sentido, caberia aos médicos dedicados ao sanitário a arquitetura e implementação de grandiosos projetos e planos de atuação em espaços públicos e privados do Brasil, simultaneamente às vultosas pesquisas desencadeados pelos higienistas, responsáveis pela área de pesquisa e atuação cotidiana no combate às epidemias e às doenças que assolavam o tecido urbano dos principais centros brasileiros à época. As epidemias eram consideradas o grande flagelo no Brasil, uma vez que desde tempos coloniais, várias moléstias haviam grassado no país, notadamente tuberculose, febre amarela, varíola, lepra, peste, sarampo, febre tifoide, mal de Chagas, beribéri, malária, coqueluche, cólera e escarlatina configuram exemplos de doenças infectocontagiosas que alarmavam agentes da saúde. A higiene coletiva urbana torna-se, portanto, o norte da saúde pública brasileira.

Tornou-se imprescindível não apenas a cura das doenças já existentes, mas tornou-se imperativo sanar o país em essência, evitando que novas epidemias pudessem surgir. A consolidação da epidemiologia (que tratava de noções básicas de como separar os doentes e tratar as enfermidades) deu-se simultaneamente a uma tentativa de se estabelecer a prevenção das moléstias. Nesse sentido, implementaram-se grandiosos projetos de saneamento que invadem dos lares às igrejas, dos portos às escolas. Dessa forma, a abrangência do escopo de atuação desses projetos atingiu hábitos alimentares, indumentária e costumes, valorizando a “disciplina” e a educação higiênica desde tenra idade. As figuras de Oswaldo Cruz e, posteriormente, de Carlos Chagas, tornam-se centrais não apenas nas publicações científicas do Rio de Janeiro e da Bahia, mas também no cotidiano dos indivíduos. Entretanto, as pesquisas em epidemiologia e sanitário condensavam-se no Rio de Janeiro em detrimento da Bahia, e é somente a partir dos anos 1880 que uma produção genuinamente baiana começa a se desdobrar, porém havendo a criação de vínculos inusitados entre as doenças e as raças, entendidas enquanto fatores condicionantes para diferentes moléstias.

A eugenia permanecia sendo o alicerce ideológico da problemática médica. Assim:

Nova ciência a eugenia consiste no conhecer as causas explicativas da decadência ou levantamento das raças, visando a perfectibilidade da espécie humana, não só no que respeita o físico como o intelectual. Os métodos tem por objetivo o cruzamento dos sãos, procurando educar o instinto sexual. Impedir a reprodução dos defeituosos que transmitem taras aos descendentes. Fazer exames preventivos pelos quais se determina a sífilis, a tuberculose e o alcoolismo, trindade provocadora da degeneração. Nesses termos a eugenia não é outra coisa senão o esforço para obter uma raça pura e forte... Os nossos males provieram do povoamento, para tanto basta sanar o que não nos pertence”. (BM, 118-9 apud. Schwarcz, O Espetáculo das Raças, 2014. p.303)

Intensificou-se sobremaneira o debate que vinculava a emergência de novas doenças e a forte onda imigratória que se estabeleceu no país, tendo tais discursos se concentrado nas supostas perniciosidades dos imigrantes asiáticos e africanos. Configurava uma reivindicação política engrossada por acadêmicos da Faculdade de Direito de São Paulo, no Largo de São Francisco. Afirmavam que a explicação para tais políticas era de caráter médico e eugênico, antes de jurídico. Nesse sentido, arquitetou-se um autoritário projeto imigratório baseado numa seleção arbitrária do que consideravam por “individuos física e moralmente sãos”. Acreditava-se, portanto, numa missão estratégica que deveria ser empreendida por médicos, conhecedores do homem e de suas mazelas. Simultaneamente ao grande esforço empreendido na reversão de enfermidades infectocontagiosas, o profissional da saúde deveria também se propor a “cuidar da raça”, a garantir que no país se desenvolvesse, ao longo de um século, uma raça tida como forte e sã, utilizando-se da imigração seletiva como instrumento para tal. Assim, as doenças não eram mais compreendidas enquanto fenômeno final, tampouco a raça deveria ser encarada sob essa ótica. Nessa perspectiva, compreendia a “raça brasileira” como ainda em processo de formação, devendo ser aprimorada por políticas públicas, para o “necessário aprimoramento biológico”.

Entretanto, não apenas a imigração fora instrumentalizada para a consolidação do processo de eugenia, também se procurou implementar medidas que revertessem a situação interna, “já tão degenerada”. A terminologia “eugenia” aparece formalmente pela primeira vez na tese de Alexandre Tepedino, defendida na Faculdade do Rio de Janeiro, em 1914. A partir de tal década e, fortalecendo-se na década de 1920, uma perspectiva médica dividirá a população entre “doentes e sãos”, a dizer, “regeneráveis e não-regeneráveis”, implicando a esses grupos medidas absolutamente diversas. Ao primeiro grupo, recomendavam-se educação, casamentos desejáveis, ao passo que “maus hábitos e perversões” deveriam ser fortemente desencorajados. Publicações direcionadas à importância da Educação Física para “regeneração da raça” ilustram o esforço de eugenia empreendido pelo país, seja por médicos, seja por intelectuais e autoridades governamentais. Tornou-se necessária, portanto, a criação de um corpo saudável e atlético, símbolo da “regeneração física da nossa raça”.

Quanto à grande massa de “doentes crônicos”, restavam-lhes ou o seu possível desaparecimento natural, como bem advogava os médicos da Faculdade da Bahia, ou uma perspectiva mais radical e menos otimista perante a seleção natural, tornando-se imprescindível a esterilização. Almejou-se, enfim, a concretização de uma nação pensada por eugenistas enquanto um corpo homogêneo e saudável, sendo necessário um complexo de mudanças socioculturais, que corroboraria para a crença na possibilidade de a população brasileira, essencialmente mestiça e degenerada, um dia vir a tornar-se “pura”. As décadas seguintes, já no século XX, observaram uma gradual descrença quanto aos preceitos racistas, emergindo um ideário direcionado à valorização do povo local, com suas características peculiares. Entretanto, a interpretação do pensar sociopolítico brasileiro perpassa necessariamente pela compreensão das dinâmicas culturais e intelectuais de outrora e do processo de desenvolvimento histórico do conhecimento científico, da sociedade, das políticas públicas, de maneira em que se possa preservar a memória e consolidar um senso crítico direcionado às problemáticas sociais da atualidade.

Considerações Finais

O início do século XIX fora notadamente marcado pela necessidade de disseminação dos ideários liberais, mesmo anteriormente à Independência, por meio da imprensa e do papel educativo que a ela fora incumbido. Assume-se a consolidação dos ideais republicanos brasileiros, por meio da *Intelligentsia* nacional, lastreada em preceitos europeus decididamente deterministas, racistas, positivistas e evolucionistas. A República, nesse contexto, deveria configurar desdobramento das máximas do progresso, libertando o país dos grilhões que o emperravam de trilhar a “esteira da civilização”, por meio da adoção acrítica e de uma pretensiosa adequação do pensamento europeu à realidade brasileira. Nesse sentido, materializaram-se os preceitos eugênicos em políticas públicas direcionadas a reformas urbanas de caráter altamente segregacionistas, notadamente o desmantelamento de diversos cortiços nos centros de cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, ancorando-se na justificativa de necessidade de modernização dos grandes centros urbanos, para efeito de legitimação da jovem República. Acreditava-se que tais cortiços contribuiriam sobremaneira para a degeneração coletiva do país, ao abrigar grande quantidade de mestiços e práticas consideradas moralmente inferiores. Enfim, nota-se o teor altamente conservador e segregacionista do projeto republicano que se delineou no decorrer do século XIX, ao adotar acriticamente preceitos etnocêntricos e eurocêntricos que justificariam a submissão do Sul Global aos ditames das elites do Norte, bem como manteria um *status quo* fortemente delineado pelo embate de classes, considerando a necessidade de a elite nacional se sentir aprovada pelo arcabouço ideológico europeu. Os desdobramentos da penetração e implementação do pensar de elite desdobra-se nas intensas mazelas socioeconômicas e políticas as quais deturpam a coesão social e contribuem para a permanência das fraturas que assolam o tecido social brasileiro.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Maria Aparecida Azevedo. Conflito e Interesse no Pensamento Político Republicano. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo. São Paulo: 2008.
- Auguste Comte: Vida e Obra. Curso de Filosofia Positivista. Seleção de textos de José Arthur Giannotti; trad. Por José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi - São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- DA SILVA, João Carlos. Utopia Positivista e instrução pública no Brasil. Unioeste. *Revista HISTEDBR Online*. Campinas, nº16, p.10-16, dez.2014. ISSN: 1676-2584.
- DE SOUZA, Ricardo Luiz. A Ordem e a Síntese: Aspectos da Sociologia de Auguste Comte. In: *Cronos*, v.9, n.1, p.137-155, jan./jun.2008. UNIFEMM. Natal.
- ELIAS, Daiane Lopes. República: conceito presente no pensamento político e social brasileiro. In: *anais do XV Encontro Regional da ANPUH-Rio: Memória e Patrimônio*. Revista ANPUH-Rio. Rio de Janeiro: 2010.
- FIGUEIREDO, Maiara Caliman Campos. Bases da cultura política brasileira do início do século XIX. In: *Memórias, traumas e rupturas*. Vitória: LHPL/UFES, 2013, p.1-11.
- GERALDI, Juliano. E assim nasceu a *Favela*: cidadania de segunda classe no início da República Brasileira. *Cabo dos Trabalhos*, nº7, 2012. *Revista eletrônica dos doutoramentos do Centro de Estudos Sociais*. Universidade de Coimbra.
- GONÇALVES, Vanessa da Cunha. Imprensa e a construção da sociedade brasileira no século XIX: *O Novo Mundo* como estudo de caso. História da imprensa no Brasil: um breve balanço historiográfico. In: *XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e Práticas Científicas*. Rio de Janeiro, 2014. *Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio*.
- LEMOS, Renato. Benjamin Constant e o positivismo na periferia do capitalismo. Departamento de História da UFRJ. In: ALMEIDA, Marta & VERGARA, Moema de Rezende (org.). *Ciência, história e historiografia*. São Paulo: Via Lettera; Rio de Janeiro: MAST, 2008.
- LUZ, Nícia Vilela. A luta pela industrialização do Brasil. Biblioteca Alfa Omega de Cultura Universal. Série 1ª – Volume 3. Coleção Esta América. Editora Alfa Omega. São Paulo. 1978.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. *Squaremas & Luzias: A Sociologia do Desgosto com o Brasil*. Insight Inteligência. 2011.
- MARTINS, Ana Cláudia Aymoré. Não há pecado ao sul do Equador: histórias de amor construindo o Brasil. *Revista Crítica Histórica*. Universidade Federal de Alagoas, Maceió. Ano I, nº1. Junho/2010.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria de transição*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MILL, J. Stuart. *Auguste Comte e Le Positivisme*. Traduit d'Anglais par : G. Clémenceau. 5a edição. Ancienne Librairie Germer Baillière. Paris: 1893.

OLIVEIRA, Maria Teresa Ribeiro de. O Século XIX, segundo Furtado. *Revista Economia*. Dezembro, 2009. Universidade de Brasília.

PERIOTTO, M.R. O papel da imprensa no processo de construção da nação: a “vocação pedagógica” do Correio Braziliense. *Revista HISTEDBR Online*. Campinas, nº16, p.61-83, dez.2014. Disponível em <

[file:///C:/Users/Seven/Downloads/O%20papel%20da%20imprensa%20no%20processo%20de%20constru%C3%A7%C3%A3o%20da%20na%C3%A7%C3%A3o%20-%20a%20voca%C3%A7%C3%A3o%20pedag%C3%B3gica%20do%20Correio%20Braziliense%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Seven/Downloads/O%20papel%20da%20imprensa%20no%20processo%20de%20constru%C3%A7%C3%A3o%20da%20na%C3%A7%C3%A3o%20-%20a%20voca%C3%A7%C3%A3o%20pedag%C3%B3gica%20do%20Correio%20Braziliense%20(1).pdf) Acesso em 13.abr.2016

Positivismo: uma primeira forma de pensamento social. A sociologia clássica.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A imprensa da Independência e do Primeiro Reinado: engajamento e mercado. In: V Congresso Nacional de História da Mídia, São Paulo – 31 de maio a 02 de junho de 2007. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação. Anais do V Congresso Nacional de História da Mídia.

RODRIGUES, Nina. Mestiçagem, degenerescência e crime. Tradução por Mariza Corrêa. v.15, n.4, p.1151-1182, out.-dez. 2008

SALDANHA, Nelson. *História das Ideias Políticas no Brasil*. Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2001. 384p. -(Coleção Biblioteca Básica Brasileira).

SALLES, Ricardo Henrique. O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. *Almanack*. Guarulhos, nº04, p.5-45. 2º semestre de 2012.

SHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TAMANO, Luana Tiek Omena et al. O cientificismo das teorias raciais em O cortiço e Canaã. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.18, n.3, jul.-set. 2011, p.757-773.

TREMBLAY, Jean-Marie. *Auguste Comte : Discours sur L'ensemble du Positivisme*. Coleção *Les Classiques des Sciences Sociales*. Bibliothèque Paul-Émile-Boulet. Université du Québec à Chicoutimi. Chicoutimi, Québec : 2002.